

Autora | Author

Cristiane Sousa da Silva*
cris_silva50@hotmail.com

**UMA EXPERIÊNCIA DE DESCONSTRUÇÃO
DA EPISTEMOLOGIA DO RACISMO: O
DESENVOLVIMENTO DA LEI N. 10.639/2003 NOS
CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ODONTOLOGIA,
PSICOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO****AN EXPERIENCE OF DECEIVING THE EPISTEMOLOGY
OF RACISM: THE DEVELOPMENT OF LAW
10.639/2003 IN THE COURSES OF PHYSICAL
EDUCATION, DENTISTRY, PSYCHOLOGY,
ARCHITECTURE AND URBANISM**

Resumo: A introdução da Lei n. 10.639/2003 no Ensino Superior e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP n. 03/2004 e pela resolução CNE/CP n. 01/2004 busca mudança cultural e política no campo curricular e do conhecimento, que poderá romper com o silenciamento em relação à questão racial. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar a ação pedagógica do Núcleo de Estudos Multidisciplinares Quilombolas – NUNEMQ de alguns cursos, a saber: Educação Física, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, como desdobramento de novas formas de trabalhar a Lei n. 10.639/03, que contribuam para uma práxis antirracista. A metodologia utilizada foi o delineamento da pesquisa-intervenção. A constituição do campo de intervenção se deu no ensino superior de rede privada localizada no Sertão Central do Ceará. Este artigo é fruto de pesquisa de doutorado ainda em andamento e tem como primeiros resultados oficinas, apresentação de trabalhos orais, entre outras atividades.

Palavras-chaves: ensino superior, práxis antirracista, epistemologia racial e cultural.

Abstract: *The introduction of Law 10639/03 in Higher Education and its regulation by opinion CNE / CP 03/2004 and by resolution CNE / CP 01/2004 seeks cultural and political change in the curricular and knowledge field, which may break with the silencing in relation The racial question. In this sense, this article aims to analyze the pedagogical action of the Quilombola Multidisciplinary Studies Nucleus - NUNEMQ of some courses namely Physical Education, Dentistry, Psychology, Architecture and Urbanism as the unfoldment of new ways of working the law 10639/03 contributing to a Anti-racist praxis. The methodology used was based on the design of the intervention research. The constitution of the field of intervention took place in the higher education of private network located in the Central Sertão of Ceará. This article is the result of a doctoral research still in progress and has as its first results*

Keywords: *higher education, anti-racist praxis, racial and cultural epistemology.*

Recebido em: 08/03/2017

Aceito em: 02/05/2017

INTRODUÇÃO

A ampliação do direito à educação e a democratização do acesso ao ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas possibilitam entrar para o espaço educacional sujeitos antes invisíveis ou desconsiderados, sujeitos de conhecimentos. Diante dessa realidade, eles chegam com seus desejos, demandas, corporeidade, valores e cultura, e passam a questionar os currículos colonizados e colonizadores, exigindo mudanças de práticas e descolonização do currículo no Ensino Superior, no tocante aos conteúdos referentes à África e aos afro-brasileiros. Há uma necessidade de mudanças de representação e de práticas pedagógicas em relação à discussão étnico-racial neste âmbito.

A introdução da Lei n. 10.639/2003¹ no Ensino Superior e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP n. 03/2004² e pela resolução CNE/CP n. 01/2004³ (BRASIL, 2005) busca mudança cultural e política no campo curricular e do conhecimento, que poderá romper com o silenciamento e com outras ações pedagógicas a favor da discriminação racial.

A Lei n. 10.639/03 preconiza os cursos de licenciatura e de formação de professores/as; no entanto, a invisibilidade da racialidade brasileira nas áreas de exatas, humanas e saúde permanece no silenciamento e na omissão, contribuindo com práticas de racismo cada vez mais notórias na formação de futuros profissionais e na execução dos seus ofícios.

Após mais de uma década desde sua criação, entendemos que a Lei n. 10.639/2003 precisa se atentar às diferentes formações de ensino. A partir disso, já se pode propor reflexões sobre história africana e cultura afro-brasileira, que devem ser somadas ao debate de raça e racismo na sociedade brasileira. Para tal, diferentes áreas profissionais devem ser expostas a leituras e práticas que contribuam para uma sociedade sem desigualdades raciais e sem racismo.

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado em educação ainda em andamento e tem como objetivo analisar

a ação pedagógica do Núcleo de Estudos Multidisciplinares Quilombolas – NUNEMQ de alguns cursos, a saber: Educação Física, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, como desdobramento de novas formas de trabalhar a Lei n. 10.639/03, que contribuam para uma práxis antirracista.

O desejo de fomentar no âmbito acadêmico as discussões referentes à temática racial está relacionado à minha experiência profissional como professora de Educação Física no ensino superior e à ausência da discussão das relações raciais nesse contexto de formação que muitas vezes é omitida na formação dos futuros profissionais, o que não se restringe apenas à licenciatura, mas se estende para os demais cursos da universidade.

Em 2014, tomei conhecimento da existência de uma comunidade quilombola em Quixadá, no Sertão Central do Ceará, chamada Sítio Veiga. Iniciei então as articulações com a comunidade, que acabaram resultando na criação do Núcleo Multidisciplinar em Ensinos Quilombolas – NUNEMQ⁴ –, que toma o Sítio Veiga como objeto específico de estudos, por meio da interdisciplinaridade acadêmica, e possibilita leituras distintas de seu espaço. O NUNEMQ era, dessa forma, composto pelas seguintes áreas: Arquitetura e Urbanismo, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia e Sistema de Informação.

MATERIAL E MÉTODOS

Tendo em vista que toda pesquisa científica é norteada pela escolha dos conceitos epistemológicos do pesquisador, sua exposição faz-se necessária para que todo o percurso da pesquisa tenha um significado. Neste primeiro momento, ressaltamos as concepções das quais partimos.

A pesquisa-intervenção consiste em uma tendência das pesquisas participativas, as quais têm, como estratégias de pesquisa, a participação dos grupos sociais na busca de resolução para as problemáticas vividas, abarcando um processo de compreensão e mudança da realidade.

A pesquisa-intervenção, segundo Rocha (2003), vem viabilizando espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar/fazer educação. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção é mais

1 A Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da Educação Básica.

2 O Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Parecer CNE/CP n. 03, de 10 de março de 2004), em que são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino.

3 A Resolução CNE/CP n. 01, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e as obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei n. 10.639/2003.

4 O NUNEMQ é um projeto de extensão multidisciplinar, que congrega os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia, e tem como objetivo geral investigar a construção do conhecimento/pertencimento étnico a partir dos diferentes saberes e ensinamentos quilombolas na produção de novas práticas didático-pedagógicas no ensino superior.

estruturada do ponto de vista das ações. Intervenção sobre os sujeitos, com ações previamente estruturadas e planejadas.

Na pesquisa-intervenção, há uma ruptura com os modelos tradicionais de pesquisa, enquanto proposta de uma ação transformadora da realidade sociopolítica, já que, segundo Rocha (2003), existe uma ordem micropolítica na experiência social; ou seja, destacamos referências importantes como uma certa concepção de sujeito e de grupo, de autonomia e de ação transformadora, que tem como alvo o movimento e as rupturas que as ações individuais e coletivas causam no cotidiano:

A partir do estabelecimento coletivo de um projeto de trabalho, a pesquisa-intervenção tem início através de dispositivos mobilizadores, e durante todo o processo é fundamental uma participação ativa da comunidade implicada na análise da micropolítica ali produzida, explicitada nos seus movimentos, problemáticas, formas de ação e processos sociais. (ROCHA, 2006, p.170).

A constituição do campo de intervenção se deu no ensino superior de rede privada localizada no Sertão Central do Ceará, com uma população de 8 professores, dos 7 cursos envolvidos, e 25 alunos.

A escolha dos professores para compor o NUMEQ foi feita pela minha aproximação com eles e a sensibilidade com a temática racial. *A priori*, foram convidados os professores dos cursos de Educação Física, Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, e Sistema de Informação. Falei individualmente com cada docente sobre a ideia do projeto de extensão ser transversalizar a discussão das relações étnico-raciais, bem como fazer pesquisa, e todos aceitaram no primeiro momento. Nenhum dos professores sabia da existência do quilombo nem do que se tratava.

Após a conversa individual e a sinalização positiva de cada professor, entrei em contato com a liderança do quilombo do Sítio Veiga – Ana Eugênio. Marcamos uma reunião para conhecimento do quilombo por parte dos professores que estariam envolvidos no NUMEQ e solicitei que ela fizesse uma lista de demandas da comunidade para cada área; assim, os cursos já iriam planejar suas ações a partir das necessidades da comunidade do Sítio Veiga, ou seja, uma roda de conversa intraquilombo. Um momento de partilha importante, em que ouvimos a demanda da comunidade e o NUMEQ iria iniciar suas atividades a partir dos anseios do quilombo. Neste sentido, nosso planejamento seria a partir das demandas preexistentes na comunidade.

Nesta reunião, os professores perceberam que não iria ser um trabalho fácil – na ocasião, foram tiradas dúvidas relacionadas ao quilombo, ao modo de vida e às necessidades da comunidade, e foi perceptível o olhar de curiosidade dos professores. Os cursos presentes na reunião foram Educação Física, Farmácia, Odontologia, Direito, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo.

Todavia, o NUMEQ teve a contribuição dos professores dos cursos de Educação Física, Odontologia, Fisioterapia, Direito, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo durante o período de execução do projeto, que foi em 2015.1 e 2015.2. Os professores dos cursos de Farmácia e Sistema de Informação ficaram muito interessados em participar, mas o excesso de atividades na universidade impossibilitou a participação deles no NUMEQ.

A escolha dos alunos ficou sob responsabilidade de cada professor envolvido e deu-se pela sensibilização com o tema, assim como se realizou com os professores. Atualmente temos 35 alunos envolvidos. O que ocorreu foi o NUMEQ se tornar um projeto de extensão guarda-chuva, que envolveu os grupos de estudos e de extensão já formados, como é o caso do GEPAE (Psicologia), CAJUP Sitiá (Direito), TOCA (Arquitetura e Urbanismo). Desta forma, os alunos que já compunham estes projetos de extensão passaram a compor o NUMEQ também, salvo algumas exceções como Fisioterapia, Odontologia e *Design* Gráfico, que não tinham grupos formados e os alunos foram escolhidos pelos professores para participar do grupo.

Os dispositivos de intervenção construídos para a realização da análise das demandas, das implicações e da transversalidade em relação à questão étnico-racial restringiram-se em dois segmentos:

- a. intervenção junto aos professores/alunos – debates em grupo acerca da temática étnico-racial, vídeos para a discussão do racismo; reuniões semanais; planejamento e avaliação das ações realizadas no Quilombo do Sítio Veiga; articulação de cada curso com a temática étnico-racial;
- b. intervenção junto à comunidade quilombola do Sítio Veiga: debates organizados em pequenos grupos de crianças, adolescentes e adultos com realização de oficinas por segmento específicos – tais atividades têm como objetivo analisar coletivamente a relação com o trato racial no quilombo do Sítio Veiga, estabelecendo o fortalecimento do vínculo comunidade/universidade e contribuindo para o empoderamento local e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o primeiro semestre de 2015, foram dois encontros por semana às terças-feiras e às sextas-feiras, das 14h às 17h, com duração de 3h nos respectivos dias durante três meses (março a maio), pois os horários e os dias dos professores participantes do projeto não conciliavam e, nesse primeiro momento, que era de chegada tanto dos professores quanto dos alunos, houve esta flexibilidade de dias para que todos pudessem participar de forma ativa e não se perdesse a empolgação dos alunos e dos professores que estavam envolvidos. Após estes três meses, diminuimos o número de dias do grupo de estudos: permaneceram apenas às sextas-feiras, devido às outras demandas dos professores e dos alunos na faculdade, no horário das 15h às 17h.

No início do grupo de estudos, perguntei aos participantes se todas(os) sabiam o que era um quilombo; porém, poucos sabiam os seus significados na história do Brasil e outros disseram que não haviam parado para pensar sobre a questão. Apostei na mudança de mentalidade, por parte dos alunos e dos professores para que, convencidos da importância desse conteúdo, não apenas ficassem no campo das ideias, mas soubessem como colocar esses conceitos e conteúdos em prática, e como tornar nossa ação uma práxis antirracista.

Tivemos um total de 15 (quinze) encontros no primeiro semestre de atuação, nos quais 6 (seis) foram dedicados às leituras e às discussões de textos teóricos sobre a temática das relações raciais. Entre eles, destacamos: *Epistemologia da Ancestralidade* (Eduardo Oliveira), *Pluriculturalismo étnico e multiculturalismo* (Jacques d'Askey), *Quem não pode atraparilhar, arroteia: Reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei n. 10.639/03* (Amauri Mendes Pereira) e *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* (Kabengele Munanga).

Também no grupo de estudos, assistimos e analisamos criticamente, durante três encontros, filmes e vídeos que abordavam os temas que vínhamos trabalhando juntos. Exibimos os filmes *Pode me chamar de Nadir*, *Vista a minha pele*, *Olhos Azuis*, *Ações Afirmativas* (Coletivo Justiça Negra), *Relações Étnico-Raciais* (Kabengele Munanga).

Além destes momentos, foram utilizados 4 (quatro) encontros para podermos organizar e planejar as intervenções, ou melhor, as ações coletivas no Quilombo, a partir do que foi abordado no grupo de estudos.

A ideia foi primeiramente fazer com que os alunos e os professores estudassem e conhecessem sobre o assunto para depois começarmos de fato as intervenções no quilombo, pois

de nada adiantaria realizar as ações se o debate e as discussões ficariam empobrecidos, por ser uma temática nova tanto para professores, quanto para alunos. Nesse sentido, foi priorizado, no primeiro momento, o estudo das questões raciais, em que pudemos desconstruir alguns conceitos que são próprios do senso comum.

Desta forma, avaliamos o semestre de 2015.1 em relação às intervenções, o planejamento e o grupo de estudos. Segundo os participantes, foi um momento de aproximação com a comunidade e de formação dos primeiros vínculos, e foi muito enriquecedor até mesmo para desconstruir certos estereótipos e paradigmas em relação aos quilombolas, um imaginário que foi construído histórico e socialmente como “de refúgio de escravos fugidos” e que foi a primeira ideia imaginada por muitos alunos e outros envolvidos no NUNEQ, como já foi mencionado anteriormente.

Tal visão apresenta um pensamento ultrapassado e racista, que não consegue enxergar os quilombolas para além de escravizados. Para nossa surpresa, esse olhar mudou durante as primeiras intervenções na comunidade: percebemos que esse imaginário caiu por terra, mas a mudança de pensamento inicial foi modificada também por conta das leituras e dos debates no grupo de estudos do NUNEQ, que possibilitou desvincular o olhar folclórico sobre os quilombos. O debate trouxe para o centro da discussão o quilombo, que deixou de ser imaginado e passou a ser real; os quilombolas passaram a ser percebidos como sujeitos de luta por seus direitos e principalmente pela reivindicação da posse da terra, que é sua principal bandeira.

Essa mudança de visão já foi uma conquista para o NUNEQ. O grupo de estudos foi primordial para o rompimento desse paradigma quanto à questão racial, pois possibilitou estudos e discussões que até então estavam sendo silenciados e inquietações que precisam ser trazidas à tona para serem debatidas; o que desdobra, assim, nossas ações no quilombo e ressignifica nossa forma de pensar e agir em relação à população negra.

No segundo semestre de 2015, iniciam-se as atividades do semestre e, para minha surpresa e alegria, alunos e professores do semestre anterior estão, novamente, no NUNEQ. O grupo cresce em números; no entanto, alguns professores e alunos, por incompatibilidade de horários e acúmulo de atividades, não permanecem no grupo, mas continuam indiretamente atuando sempre que possível. Fiquei pensando: qual seria o significado daquela permanência? Talvez a curiosidade de pesquisar a questão racial ou a paixão por uma ideia nova de pesquisa.

As dúvidas se somavam a tantas outras que existiam: quais estratégias seriam trabalhadas para motivar tanto alunos quanto professores para abordar a questão racial em diferentes áreas? Como manter esse grupo consistente e não ser apenas a euforia? O caminho, mais uma vez, seria numa perspectiva interdisciplinar.

O grupo variou, no segundo semestre de 2015, entre 30 e 35 pessoas, a somar alunos e professores - um quantitativo alto para a proposta de um grupo de estudos. No entanto, nem sempre esse número era presente nas reuniões. A organização das atividades do grupo de estudos e da intervenção no quilombo melhorou em relação ao semestre passado no que diz respeito à dinâmica da reunião e aos registros das reuniões (re-latoria), das pautas, das intervenções e das avaliações.

Assim como no primeiro semestre, tivemos um total de 15 (quinze) encontros no segundo semestre de atuação, nos quais três encontros foram dedicados às leituras e às discussões de textos teóricos sobre a temática das relações raciais. Entre eles, destacamos: *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* (Kabenguele Munanga), *Educação, relações étnico-raciais e a Lei n. 10.639/03* (Nilma Lino Gomes) e *As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras* (Danielle Celi dos Santos Scholz e Marta Iris Carmargo Messia da Silveira).

Também no grupo de estudos, assistimos e analisamos criticamente, durante cinco encontros, filmes e vídeos que abordavam os temas que vínhamos trabalhando juntos. Exibimos os filmes: *O perigo de uma história única* (Chimamanda Adiche), *O xadrez das cores* (Marcos Schiavon), *Chico Buarque fala de racismo/Racismo na infância*, *A negação do Brasil*, *Ações Afirmativas* (Coletivo Justiça Negra).

Além destes momentos, foram utilizados três encontros para podermos organizar e planejar as intervenções, ou melhor, as ações coletivas no Quilombo, a partir do que foi abordado no grupo de estudos.

Diferentemente do semestre passado de 2015.1, neste, foi priorizado a discussão de vídeos sobre o racismo, visto que a dinamicidade nos debates tornou o grupo de estudos mais interessante e interativo, e possibilitou, assim, uma maior compreensão sobre a questão racial e o racismo.

Outra mudança que aconteceu foi na organização das reuniões do grupo de estudo, que passou a ser semanalmente toda quarta-feira, das 14h às 17h, e a intervenção no quilombo, que ficou estipulada para a primeira quarta-feira de todo mês, das 14h às 17h. Desta forma, a comunidade se organizava para nos receber e, nessa reorganização do NUNEMQ, tanto os professores quanto os alunos teriam mais tempo para estudos, pos-

sibilitando uma maior qualidade nas ações e nos debates na comunidade.

Não foi apenas no campo da extensão que houve a visibilidade do NUNEMQ, mas a pesquisa foi destaque no segundo semestre de 2015. Como resultado, tivemos, no curso de Arquitetura e Urbanismo, a aprovação de uma oficina (Máscaras Africanas) e um trabalho oral “A identidade dos objetos quilombolas cearenses na perspectiva do design atitudinal e da semiótica”, ligados à temática racial e quilombola, que fez parte da programação EREA – Ilhas, que ocorreu de 17 a 24 de janeiro 2016, em São Luís, Maranhão.

Em relação ao curso de Psicologia, foram apresentados dois trabalhos orais no Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica – EEDIC, da Faculdade, intitulados: “Racismo e Saúde Mental: reflexões sobre as consequências do preconceito racial no adoecimento mental” e “Um olhar sobre a juventude quilombola”.

No curso de Odontologia, foi apresentado o trabalho, na XIV Jornada Odontológica dos Acadêmicos da UFC, com o título: “A inserção da odontologia no Núcleo Multidisciplinar de Estudos Quilombolas – NUNEMQ” e, de acordo com a professora que o orientou, o trabalho foi muito elogiado pelos avaliadores, e a docente parabenizou a instituição pela iniciativa e pela apresentação do relato de experiência “Atividade de educação em saúde bucal por estudantes de odontologia no Núcleo Multidisciplinar de Estudos Quilombolas – NUNEMQ, Quixadá-Ce”, no I Congresso Internacional de Saúde Pública do Delta do Parnaíba – PI.

Diante desse cenário, o NUNEMQ visa diminuir a distância entre universidade e comunidade, visto que as práticas extensionistas contribuem para uma formação humanizada e um olhar mais sensível para o trato com a questão racial deste futuro profissional, no exercício de seus ofícios. E, a partir das nossas intervenções, seria um campo propício para pesquisa como vimos, já que o quilombo toena-se o objeto comum para as áreas e, como questão racial, pode ser debatido e discutido nos cursos inseridos no NUNEMQ.

Desta forma, Silva (2008) afirma que o ensinamento da cultura africana só terá sentido se o que for aprendido se realizar pela ação, ou seja, aprende-se o que se vive, e muito pouco sobre o que se ouve falar. Dito de outro modo, de pouco adianta falar de consciência negra, valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, se não há como a colocar em prática, executar tarefa, vivenciá-la, ter ações concretas, a fim de desenvolver estratégias de combate ao racismo na educação brasileira.

Por isso, o contato com o quilombo do Sítio Veiga torna-se relevante a partir do momento em que as discussões teóricas e conceituais desembocam em ações concretas na comunidade, onde professores e alunos constroem experiência de formação no trato com a questão racial e estratégias de combate ao racismo. Pois, de acordo com Gomes (2008), uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito.

Há na universidade um silenciamento e negação em relação à questão étnico-racial na formação dos futuros profissionais, os quais refletem na construção de uma baixa autoestima, bem como na sua autonegação, que contribui para internalização de valores negativos e estereotipados, apontados como “racismo do negro”:

É a ausência de referências positivas na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega a fase adulta com total rejeição à sua origem racial, que lhe traz prejuízo à sua vida cotidiana. (ANDRADE, 2008, p.116).

A Lei n. 10.639 traz a possibilidade de reafirmação e ressignificação da importância da nossa pertença étnica, além de permitir o conhecimento da nossa própria história e cultura. Pode-se considerar que a inclusão dos conhecimentos sobre a cultura e a história africana e afro-brasileira no âmbito do currículo tanto escolar quanto acadêmico representa progresso na educação brasileira e, de acordo com Gomes (2010, p.45):

mudança de práticas e descolonização dos currículos de educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade.

Diante desse cenário educacional, o que se veicula é um descaso com relação aos conteúdos que tratam da história e da cultura da população afro-brasileira, negando a um povo o direito de conhecer a sua própria história. A escola, bem como a academia, aborda em segundo plano seus valores culturais e históricos, e, assim, reforça o preconceito, a discriminação e o racismo contra a população negra.

Em 2003, a partir das lutas do Movimento Negro, na cobrança por políticas públicas que minimizassem as diferenças históricas entre negros e brancos, é que foi alterada a LDB n.

9.394/1996, com a criação da Lei n. 10.639/2003, nos seus artigos 26 e 79, que tornaram obrigatória a inclusão nos currículos escolares do “ensino da história e cultura africana e afro-brasileira” e acrescenta no calendário escolar a data comemorativa ao dia 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra.

Por um lado, uma grande conquista do Movimento Negro no que se refere à educação, fortalecendo a discussão da valorização e do reconhecimento da contribuição do povo negro na construção do nosso país. Por outro lado, não basta apenas garantir na lei, é necessário que esta saia do papel e faça parte do currículo escolar e acadêmico, pois não é suficiente garantir, mas implementar ações afirmativas nas escolas e no ensino superior. Em relação à população negra, o que se percebe ainda são currículos colonizadores, materiais didáticos estereotipados e caricaturais, professores que não prezam pela diversidade cultural e que reproduzem valores preconceituosos, discriminatórios e racistas.

Por sua vez, o estereótipo constrói uma ideia negativa a respeito do outro e é por meio dele que as ideologias são desdobradas nas práticas pedagógicas dos professores. Por isso, surge a necessidade de promover e justificar a agressão, já que existe um juízo prévio e uma ausência de real conhecimento do outro. (SILVA, 2008):

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos, e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em função e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (SILVA, 2008, p. 20).

Portanto, faz-se necessário ressignificar e recontar o papel e a contribuição da população negra, com resgate da sua história e cultura, bem como da valorização da sua identidade étnica, da elevação da sua autoestima e da positividade da sua imagem diante dos meios de comunicação, dos livros didáticos e da descolonização dos currículos escolares.

A universidade, enquanto uma instituição democrática, necessita rever suas ideias, práticas pedagógicas no trato com a diversidade, estabelecendo uma articulação com o Movimento Negro, na formação dos seus docentes, na perspectiva pedagógica no tocante à questão racial e da diversidade étnico-racial. A universidade, ao silenciar e negar este debate, reforça práticas racistas arraigadas na sociedade brasileira; por isso, é necessário trabalhar de forma crítica e comprometida acerca das relações étnico-raciais na academia e devem ser, ainda,

conteúdos permanentes no currículo, a fim de contribuir para uma educação antirracista.

Com isso, revela-se cada vez mais urgente pensar o rompimento do silêncio dos currículos quanto ao debate das questões raciais, tornar público o “falar” sobre a questão africana e afro-brasileira nas áreas de humanas, exatas e saúde. Como bem afirma Fanon (1997), o romper com o passado colonial herdado com a escravidão, extermínio físico e simbólico, significa, para as universidades, compartimentar as ciências em disciplinas isoladas em relação aos problemas da realidade, ou seja, o saber científico ganha um *status* superior em detrimento dos saberes de novos grupos e pessoas constituídas cientificamente e socialmente como diferentes.

Nesse sentido, é preciso ressignificar as ciências, por meio da descolonização de mundo, conteúdos e metodologia, na qual foi apropriada e acumulada pela ciência ocidental, que deixa de mencionar as outras formas de se fazer ciência e filosofia atuais, como as de bases africanas, árabes, chinesas, entre outras.

CONCLUSÕES

O espaço acadêmico precisa se preparar para as transformações exigidas nesse processo de globalização, na medida em que surgem novos sujeitos organizados em ações coletivas e nos movimentos sociais, o que significa considerar suas especificidades, práticas culturais e seus conhecimentos. Desta forma, repensar a universidade, bem como seu currículo, a partir da ruptura epistemológica e cultural, trazida pela questão racial na educação brasileira.

Todavia, rediscutir seus compromissos institucionais desta “nova” universidade, a partir do campo de novas identidades culturais, retomando a função humanística e social em todas as áreas de atuação, possibilita uma reflexão mais abrangente dos currículos e equilibra a relação entre teoria e prática na formação dos seus futuros profissionais.

A Lei n. 10.639/2003, e sua regulamentação pelo Parecer CNE/CP n. 03/2004 e pela Resolução n. CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2005), abre caminho para a construção de uma educação antirracista, bem como para a ruptura epistemológica e curricular no trato com a questão racial no ensino superior. O desafio maior está em inseri-los na formação acadêmico-científica e na produção de novos saberes sobre a diversidade étnico-racial.

A atuação do NUNEP durante o ano de 2015 foi de compromisso dos professores e dos alunos de cada curso, tanto no grupo de estudos quanto nas intervenções, o que possibilitou construir um vínculo com o quilombo do Sítio Veiga e conhe-

cer mais a comunidade no que diz respeito a sua cultura, história, subsistência, entre outros. Desenvolveu-se, durante esse período, pesquisa e extensão, que teve como foco as relações raciais numa faculdade particular no Sertão Central cearense, um diferencial, visto que a maioria dessas ações acontecem no eixo sul e sudeste. E o que propomos é ter essa ligação tanto com o Quilombo Sítio Veiga quanto com o debate acerca das relações étnico-raciais dentro e fora da universidade. Entender que, enquanto formadores de opinião, temos de contribuir para uma práxis antirracista no ensino e nos seus futuros ofícios. Estamos oportunizando, por meio do NUNEP, um espaço onde não fiquemos apenas no campo das ideias e da conscientização, mas no de ações efetivas e concretas de como trabalhar a questão racial na prática, contribuindo para novas formas de trabalhar a Lei n. 10.639/2003.

Nesse sentido, faz-se necessário uma busca de estratégias para proceder à mudança conceitual sobretudo para os professores comprometidos em novas relações interétnica na sociedade brasileira, como, por exemplo, no combate aos próprios preconceitos, bem como aos gestos de discriminação tão enraizados no nosso cotidiano, na busca pela reconstrução dos seus discursos e ações pedagógicas, contribuindo para uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Nº 9394. LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: refletindo sobre estratégias de atuação**. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- _____. Relações étnicorraciais, educação e descolonização do currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p.97-109, 2012.
- ROCHA, M.L. da. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. *Revista psicologia, ciência e profissão*, São Paulo, n.4, v.23, p.64-73, 2003.
- SILVA, Petronilha B.G.; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça**

econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

_____. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.** In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

CURRÍCULO

* Atualmente é Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. É Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2012). Possui graduação em Educação Física pela Faculdade Integrada do Ceará (2006). Trabalhou na Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza - SECEL, da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2007-2012), nas Faculdades INTA- Sobral - CE (2013) e Católica Rainha do Sertão- Quixadá- CE (2013-2015). Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação física frente à diversidade e cultura corporal.